

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 1 Janeiro - Abril 2025

ARTIGO

## VESTÍGIOS DO TEMPO NO CÁRCERE – ARQUEOLOGIA NO MAIOR CENTRO URBANO DE TORTURA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA, O DOI-CODI/SP

Cláudia R. Plens\*, Anderson Tognoli\*\*, Andrés Zarankin\*\*\*, Aline Carvalho\*\*\*\*, Deborah Neves\*\*\*\*\*,  
Fernanda Lima\*\*\*\*\*, Silvio Oksman\*\*\*\*\*

### RESUMO

Estima-se que entre 1969 e 1975 cerca de sete mil pessoas tenham sido detidas no maior centro de repressão brasileiro, o Destacamento de Operação e Informação do Centro de Operações de Defesa Interna, no município de São Paulo (DOI-Codi/SP), no Brasil. Nesse espaço, inúmeras pessoas foram torturadas e dezenas, assassinadas. Recentemente uma pesquisa arqueológica interdisciplinar está sendo realizada com o propósito de compreender de modo abrangente como ocorreram os crimes de Estado contra a sociedade civil, por meio da perspectiva da arqueologia da arquitetura e arqueologia forense, com desdobramento para ações da arqueologia pública. Ademais, a pesquisa histórica por meio de documentos escritos e da coleta de depoimentos vem sendo paralelamente desenvolvida. Este artigo tem por objetivo explorar um panorama geral da primeira fase da pesquisa, apresentar e discutir os vestígios de inscrições confeccionadas possivelmente por uma vítima na contagem do tempo de sua detenção nesse espaço. Em face de descobertas angustiantes, mas profundamente significativas, este trabalho ressalta a importância de investigações arqueológicas e históricas no processo de desvelamento e compreensão das atrocidades cometidas no

\* Laboratório de Estudos Arqueológicos, Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo. **E-mail:** [plens@unifesp.br](mailto:plens@unifesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4894-9536>.

\*\* Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Associação para o Desenvolvimento das Aplicações Informáticas e Novas Tecnologias em Arqueologia/ Laboratório de Arqueologia e Conservação do Patrimônio Subaquático, Portugal. Instituto Politécnico de Tomar). **E-mail:** [ar.tognoli@gmail.com](mailto:ar.tognoli@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5318-9669>.

\*\*\* Dep. de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais. **E-mail:** [zarankin@yahoo.com](mailto:zarankin@yahoo.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0020-0606>.

\*\*\*\* Lab. de Arq. Pública Paulo Duarte (LAP/NEPAM), Universidade Estadual de Campinas. **E-mail:** [alineap@unicamp.br](mailto:alineap@unicamp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7380-5940>.

\*\*\*\*\* Pós-doutoranda com recursos Fapesp, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo. **E-mail:** [deborah.neves@unifesp.br](mailto:deborah.neves@unifesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3209-7890>.

\*\*\*\*\* Pós-Doutoranda com recursos CNPq, Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais. **E-mail:** [fernandaluizatlima@yahoo.com.br](mailto:fernandaluizatlima@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5597-1176>.

DOI-Codi/SP. Por meio da análise dos vestígios físicos e dos relatos das vítimas, a pesquisa oferece uma nova dimensão ao entendimento dos crimes de Estado e da necessidade de um efetivo processo de Justiça de Transição, ao mesmo tempo em que reafirma o papel da arqueologia pública como ferramenta vital para a construção de memória e verdade. As inscrições na parede, registrando os dias de cárcere de um detento, não são meramente marcas em uma superfície de concreto; elas simbolizam a resiliência humana face à opressão e enfatizam a necessidade urgente de preservar esses espaços de memória para as futuras gerações, como locais de reflexão e aprendizado sobre o passado sombrio que jamais deve ser esquecido ou repetido.

**Palavras-chave:** DOI-Codi/SP; arqueologia da violência; arqueologia forense; patrimônio cultural.

ARTICLE

## TRACES OF TIME IN CAPTIVITY – ARCHAEOLOGY IN THE LARGEST URBAN TORTURE CENTER OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP, THE DOI-CODI/SP

---

### ABSTRACT

Estimates suggest that about seven thousand people were detained in the largest center of repression in Brazil, the Detachment of Operation and Information from the Center of Internal Defense Operations, in São Paulo (DOI-Codi-SP), from 1969 to 1975. In this space, numerous people were tortured and dozens were killed. A recent interdisciplinary archaeological research has aimed to comprehensively understand the state crimes against civil society by the perspective of architecture archaeology and forensic archaeology, unfolding into actions of Public Archaeology. Furthermore, historical research on written documents and collections of testimonies has been simultaneously developed. This study aims to explore a general overview of the first phase of that research and describe and discuss the remains of inscriptions possibly made by a victim counting the time of their detention in this space. In the light of these distressing, yet deeply meaningful discoveries, this study highlights the importance of archaeological and historical investigations in the process of unveiling and understanding the atrocities committed in the DOI-Codi/SP. By analyzing the physical remains and the accounts of the victims, this research offers a new dimension to understanding the crimes the State committed, the need for an effective process of Transitional Justice, and the reaffirmation of the role of Public Archaeology as a vital tool to construct memory and truth. The inscriptions on the wall, recording the days of a detainee's imprisonment, are not merely marks on a concrete surface; they symbolize human resilience in the face of oppression and emphasize the urgent need to preserve these memory spaces for future generations as places of reflection and learning about a dark past that must never be forgotten or repeated.

**Keywords:** DOI-Codi/SP; archaeology of violence; forensic archaeology.

## RASTROS DEL TIEMPO EN LA CÁRCEL – ARQUEOLOGÍA EN EL MAYOR CENTRO URBANO DE TORTURA DE LA DICTADURA MILITAR BRASILEÑA, EL DOI-CODI/SP

---

### RESUMEN

Se estima que entre 1969 y 1975 cerca de siete mil personas hayan sido detenidas en el mayor centro de represión brasileño, el Destacamento de Operaciones de Información del Centro de Operaciones de Defensa Interna (DOI-Codi/SP) en el municipio de São Paulo en Brasil. En este espacio, numerosas personas fueron torturadas; y decenas, asesinadas. Recientemente se ha llevado a cabo una investigación arqueológica interdisciplinaria con el propósito de comprender de manera integral cómo ocurrieron los crímenes de Estado contra la sociedad civil, a partir de la perspectiva de la arqueología de la arquitectura y la arqueología forense, con ramificaciones hacia acciones de Arqueología Pública. Además, se está desarrollando paralelamente una investigación histórica mediante documentos escritos y recopilación de testimonios. Este artículo tiene como objetivo explorar un panorama general de la primera fase de la investigación, presentar y discutir los vestigios de inscripciones realizadas posiblemente por una víctima en el conteo del tiempo de su detención en este espacio. Ante los descubrimientos angustiantes pero profundamente significativos, este trabajo subraya la importancia de las investigaciones arqueológicas e históricas en el proceso de revelación y comprensión de las atrocidades cometidas en el DOI-Codi/SP. A partir del análisis de los vestigios físicos y los relatos de las víctimas, esta investigación ofrece una nueva dimensión para entender los crímenes de Estado y la necesidad de un proceso efectivo de Justicia de Transición, al tiempo que reafirma el papel de la Arqueología Pública como una herramienta vital de construcción de memoria y verdad. Las inscripciones en la pared, registrando los días de encarcelamiento de un detenido, no son meras marcas en una superficie de concreto; simbolizan la resiliencia humana ante la opresión y subrayan la necesidad urgente de preservar estos espacios de memoria para las futuras generaciones, como lugares de reflexión y aprendizaje sobre un pasado oscuro que nunca debe ser olvidado ni repetido.

**Palabras clave:** DOI-Codi/SP; arqueología de la violencia; arqueología forense.

## INTRODUÇÃO

Após o golpe militar no Brasil (1964-1985), houve crescente repressão às liberdades políticas e civis, exacerbada pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, sob o governo Costa e Silva. Esse ato marcou uma era de censura, fechamento do Congresso e suspensão de direitos constitucionais (Pereira, 1978), resultando em diferentes formas de reação por parte da sociedade. Houve manifestações, protestos, greves e a adesão de diversos grupos, incluindo intelectuais, artistas, estudantes, professores, sindicatos, entre outros, contra as medidas autoritárias impostas pelo AI-5 e o regime militar.

Em resposta à resistência civil, e a partir da Diretriz para a Política de Segurança Interna, foi criada uma nova estrutura de segurança pública, deslocando a competência dos Estados, o *Centro de Informações do Exército* (CIE). Em um experimento dessa centralização, em junho de 1969, criou-se um novo órgão para reprimir opositores ao governo: a Operação Bandeirante (Oban), estrutura clandestina de investigação, tortura e assassinato, descrita por Pereira (1978) como uma força preparada para enfrentar a Guerrilha Urbana. Kushnir (2004) e Huggins (1998) identificam a Oban como uma colaboração entre o II Exército e a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo na capital paulista, com financiamento da iniciativa privada, cujo sucesso levou à institucionalização no organograma do Exército como o *Destacamento de Operação e Informação*, subordinado ao *Centro de Operações de Defesa Interna*, o DOI-Codi. Como unidades de planejamento e ação, os DOI-Codi eram eficazes na captura e desaparecimento de suspeitos fora do amparo legal, invariavelmente recorrendo à tortura (Godoy, 2015; Huggins, 1998).

A escolha do local para a instalação da Oban/DOI-Codi teve finalidade estratégica; a 36ª Delegacia de Polícia – localizada na Rua Tutóia, 921, no bairro de Vila Mariana, no município de São Paulo (SP) – dista apenas 500m da sede do Comando Militar do Sudeste, área do II Exército. A área pertencente à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo compreendia, à época, o edifício da Delegacia e o edifício que serviria a um alojamento de policiais, além de salas reservadas para treinamentos. Havia ainda uma área de cerca de 1.500m<sup>2</sup> não edificada, com frentes para a Rua Cel. Paulino Carlos e a Rua Tomás de Carvalho (Condephaat, 2013).

Essa área se caracterizou como um palimpsesto sombrio de edificações e espaços livres que testemunharam períodos de intensa repressão, estimando-se que ao longo dos 14 anos de atuação do DOI-Codi tenham ocorrido ao menos 6.700 detenções políticas, 52 mortes confirmadas (Pereira, 1978) e muitas histórias ainda desconhecidas. O arranjo arquitetônico se modificou com a instalação do DOI-Codi/SP a partir de 1971, com a ereção de mais um edifício com face voltada para a Rua Tutóia e um quarto edifício, uma oficina, duas guaritas sentinelas e um pátio estacionamento voltados para a Rua Tomás de Carvalho – estes com características militares mais evidentes –, resultando em um complexo multifacetado com histórias entrelaçadas (Condephaat, 2013).

A identificação da função de cada um dos edifícios e a cronologia de sua construção é resultado do trabalho no âmbito do estudo de tombamento do conjunto das antigas instalações da Oban/DOI-Codi realizado entre 2010 e 2013 por Deborah Neves, que, naquele contexto, era técnica da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), ligado ao órgão de preservação do patrimônio do estado de São Paulo, Condephaat. Sua investigação, que se pautou pela pesquisa em fontes primárias produzidas pela Polícia Civil, Exército, Procuradoria do Estado de São Paulo e fotografias aéreas, além da coleta de testemunhos com sobreviventes em visitas ao local, permitiu compreender a lógica de funcionamento do DOI-Codi e a circulação de pessoas entre cada um dos prédios.

O estudo resultou na deliberação favorável por parte do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), contemplando a proteção de todo o perímetro do terreno, todos os edifícios e áreas livres. Por sua conservação à época do estudo de tombamento e por ser identificado pela maioria dos ex-presos como local de interrogatório e tortura, o edifício 2-a teve preservação de área interna e externa, enquanto os demais edifícios contaram com preservação de volumetria e fachada, assim como as guaritas voltadas para a Rua Tomás de Carvalhal. O tombamento foi um passo significativo tanto para a salvaguarda material do espaço, prevenindo sua demolição, mutilação e descaracterização a exemplo de outros lugares de memória, quanto do ponto de vista simbólico, uma vez que o Estado reconhece aquele como lugar de cometimento de crimes. Mas é fundamental que o tombamento seja parte de uma política mais ampla, envolvendo outras entidades públicas e civis na consecução da memória, ou seja, na sua efetiva fruição pública e implantação de equipamento capaz de articular os diversos conhecimentos sobre o espaço; do contrário, se encerrará como uma ação simbólica, sem o impacto desejado de identificação e valorização das memórias, mesmo as mais desafiadoras (Condephaat, 2013; Neves, 2018).

Não obstante a profusão de dados fornecidos em diferentes estudos, , como os de Condephaat (2013), Joffily (2008), Godoy (2015) e Lemos (2019), o complexo como um todo suscita interrogações acerca das dinâmicas internas e da mecânica de operações ali exercidas. Perguntas persistem quanto à ocupação e ao uso dos edifícios e espaços externos, aos percursos e conexões entre eles, assim como às interações do conjunto com seu entorno imediato.

O Grupo de Trabalho Memorial DOI-Codi/SP foi criado em 2018 com o objetivo de preservar e difundir o conhecimento dos fatos ocorridos nesse lugar historicamente importante por meio da instalação de um museu-memorial. Esse grupo é formado por especialistas, organizações de direitos humanos, ex-presos políticos e pesquisadores. Um dos objetivos do GT Memorial DOI-Codi é contribuir para o estabelecimento de uma política pública de gestão do patrimônio cultural, utilizando o tombamento das edificações como forma de garantir a memória dos eventos que ocorreram no local. Em resposta a um Inquérito Civil conduzido pelo Ministério Público de São Paulo sobre irregularidades na preservação dos edifícios, o Grupo articulou ações com entidades do estado, organizações da sociedade civil e universidades. Os arqueólogos do Grupo elaboraram um projeto de pesquisa arqueológica focado no edifício 2-a, conforme previsto no artigo 3º, inciso II da Resolução de Tombamento SC-25 de 12/05/2014, para estudar, conhecer e preservar a história do lugar por meio de sua materialidade (São Paulo, 2014b).

O estudo arqueológico do complexo DOI-Codi/SP, sob a ótica da arqueologia da arquitetura e da arqueologia forense, integra metodologias das áreas de História e Arquitetura. Seu propósito é gerar interpretações acerca da materialidade desse centro de detenção e suas relações com os mecanismos estatais de repressão e as formas de resistência adotadas pelos detentos.

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns dos avanços da pesquisa arqueológica em andamento no DOI-Codi/SP, focando particularmente em evidências de violência encontradas nas estruturas principais, incluindo registro parietal (inscrições) possivelmente feito por um detento registrando a passagem do tempo. A descoberta dessa inscrição é de imensa importância para a pesquisa, pois atua como um testemunho tangível e comovente das experiências vivenciadas por aqueles que estiveram detidos, materializando e humanizando as narrativas, oferecendo, assim, um vislumbre das condições desumanas enfrentadas por aqueles que ali estiveram reclusos. Além disso, a descoberta pode proporcionar uma compreensão mais profunda das táticas de resistência

e enfrentamento frente às implicações psicológicas do confinamento prolongado em condições extremas.

Para tanto, o artigo apresentará dados históricos para compreensão do contexto em que se insere o sítio arqueológico histórico em questão, desenvolverá uma discussão teórica sobre história, memória, lugares de história traumática e violência com uma leitura pelo viés arqueológico para, então, apresentar a pesquisa arqueológica que levou à descoberta da inscrição pela investigação arqueológica e discutir o impacto desse achado para a sociedade.

## REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: MARCAS DAS DITADURAS NA AMÉRICA LATINA E O REGIME MILITAR NO BRASIL

A América Latina viveu períodos de repressão e autoritarismo em vários países da região especialmente no período mais intenso da Guerra Fria, contando com o apoio econômico, ideológico e militar dos Estados Unidos (Bethell; Roxborough, 1996) e investindo em políticas de cunho neoliberal. Em geral, o período foi marcado por violações generalizadas dos direitos humanos, censura, supressão de oposição política e uso sistemático da violência contra dissidentes. Após períodos de grave instabilidade e conflitos internos, esses países passaram por transições para a democracia nas décadas de 1980 e 1990, embora as marcas dessas ditaduras ainda se façam sentir em muitos aspectos da vida política e social na região até hoje.

No Brasil, o golpe de 1964 elevou militares ao Poder Executivo, que, se autointitulando “revolucionários”, lançaram mão de instrumentos legais para legitimar a tomada do poder ao longo dos anos. Com a promessa de transição de poder para os civis não cumprida em 1965, após Castello Branco suspender as eleições para presidente, o regime recrudescer suas ações e garantiu sua perpetuação no poder. O mais conhecido instrumento legal foi o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que fortaleceu o Poder Executivo, autorizado a cassar mandatos eletivos, a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios, além de suspender o direito ao *habeas corpus* – uma interferência nos poderes legislativo e judiciário.

O contexto era de tensão social e aumento da mobilização política e social contra a ditadura, também impulsionado por resistências em outros países, como o movimento estudantil na França, Itália, Alemanha e México, a mobilização contra a guerra do Vietnã e pelos direitos civis nos EUA e movimentos pró-descolonização na África. A promulgação do AI-5 foi uma reação dos militares a esses movimentos internos, em especial à oposição armada – mas não apenas –, que ganhava campo e espaço na sociedade; seguida da Diretriz de Segurança Nacional, que na luta contra “agentes subversivos” aumentou a quantidade e a capacidade de aparatos repressivos, propiciando a criação de centros clandestinos de repressão, em que opositores eram detidos e torturados (Fico, 2001).

A primeira ferramenta de sistematização da violência como política de Estado foi a Operação Bandeirante (Oban), que teve como primeiro grande “ato”, a prisão, tortura e morte de Virgílio Gomes da Silva, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), em 29 de setembro de 1969; trata-se do primeiro desaparecido político após o AI-5, e o primeiro pela Oban. Criada para se “antecipar” às ações da esquerda armada (Huggins, 1998), a Oban se mostrou bem-sucedida em começar o processo de desestruturação de uma das principais organizações da esquerda armada. Em setembro de 1970, foi institucionalizada pelo Exército como DOI-Codi.

Inspirados pela doutrina da guerra da Argélia e de técnicas de tortura desenvolvidas pela CIA e pelo Exército francês (Godoy, 2015), agentes da Oban aperfeiçoaram a violência

comumente empregada pelas polícias brasileiras. Contra muitas das guerrilheiras mulheres, os filhos foram empregados como forma elaborada de tortura por meio da subtração, ameaça e morte das crianças, além de casos em que os filhos eram colocados para assistir a tortura física das mães (São Paulo, 2014a; Eles, 2023). Segundo um documento interno do próprio DOI-Codi/SP, um dos poucos acessíveis dentre os muitos produzidos pelo órgão, datado de 19 de maio de 1977, foi registrada a entrada de 6.897 presos políticos que passaram pelas dependências do órgão até aquele momento, sendo que, desses, pelo menos 51 teriam sido mortos (Pereira, 1978, p. 28).

Em 1982, o DOI-Codi/SP encerrou suas atividades (Condephaat, 2013) devido ao desgaste da imagem do órgão – especialmente após o malsucedido atentado ao Rio Centro – e às mudanças políticas e sociais. Pressões internas e externas, juntamente com a mobilização popular e a crescente demanda por democracia, tiveram um papel crucial na transição para o regime democrático que começou a ser restaurado em 1985.

A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco fundamental para uma perspectiva de uma nova ordem democrática do país. Apesar dessa perspectiva de democracia, muitos resquícios dos tempos de chumbo remanescem no cotidiano da sociedade brasileira, principalmente na repressão aos segmentos sociais desfavorecidos, em particular indígenas, pretos e periféricos.

Para as vítimas da ditadura, seus familiares e toda a sociedade, prevaleceu a falta de justiça em relação aos abusos cometidos durante o período da ditadura. Nenhum responsável por violações de direitos humanos foi devidamente responsabilizado em função da Lei de Anistia, de 1979, enquanto as vítimas e seus familiares foram privados de segurança, informação e reparação. Resulta, portanto, a sensação de impunidade, já que as ações dos agentes do Estado durante esse período sombrio não foram devidamente confrontadas perante a lei e práticas autoritárias permanecem sistêmicas contra determinados segmentos sociais.

## AS CAMADAS DOS LUGARES TRAUMÁTICOS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR

Desde o fim da Segunda Guerra, a análise de traumas coletivos, memória e história tem recebido atenção significativa devido ao reconhecimento de Direitos Humanos Universais (1948). Autores de distintos campos do conhecimento como História, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Literatura, Arqueologia etc., têm explorado como as experiências traumáticas são transmitidas entre gerações e os mecanismos de criação, preservação e transmissão da memória coletiva.

Hannah Arendt, na obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1963), abordou a importância de reconhecer lugares históricos traumáticos, como campos de concentração, como testemunhas das atrocidades, enfatizando a necessidade de confrontar o passado e assumir responsabilidade.

Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina* (1971), critica a exploração colonial e imperial na América Latina, destacando como locais históricos foram marcados por eventos traumáticos como invasões e ditaduras, influenciando a identidade e memória coletiva da região.

Michel Foucault, em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1975), explorou a relação entre poder, controle social e a historicidade do trauma, indicando como as instituições aplicam e mantêm o poder em locais marcados por narrativas de sofrimento.

Rigoberta Menchú, por meio de sua narrativa pessoal em *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (Burgos, 1983), detalhou os efeitos devastadores da guerra civil na Guatemala, vinculando a memória coletiva à terra, à identidade cultural e à importância de lutar pela justiça e reconstrução dos locais de sofrimento.

Pierre Nora e Paul Ricœur contribuíram significativamente para a compreensão dos locais de memória e a relação entre memória coletiva e história, respectivamente. Nora focou na preservação da memória coletiva, enquanto Ricœur enfatizou a importância ética e reflexiva de tratar memórias traumáticas na construção narrativa histórica. Textos de Walter Benjamin (2007) e Marianne Hirsch (2012) ofereceram perspectivas filosóficas e culturais sobre memória e história. Benjamin explorou a memória coletiva e a experiência urbana em relação aos traumas do início do século XX, enquanto Hirsch introduziu o conceito de “memória pós-geracional”, analisando como eventos traumáticos são representados e transmitidos. Edward Casey, em *The fate of place: a philosophical theory* (2013), discutiu a carga emocional e simbólica dos lugares de histórias traumáticas, influenciando as percepções e respostas emocionais das pessoas a esses locais.

Essa ampla gama de abordagens destaca a complexidade dos temas de trauma, memória e história. Enquanto as perspectivas variam, há convergência sobre a importância de entender e preservar a memória coletiva de eventos traumáticos, confrontar e refletir sobre o passado e reconhecer seu impacto na identidade cultural e na narrativa histórica.

No cenário latino-americano, durante a primeira década dos anos 2000, foram publicados estudos que destacam a importância da análise de registros materiais do terrorismo de Estado e atos de resistência (Zarankin; Funari, 2009; Zarankin; Salerno, 2008). No Brasil, Pedro Paulo Funari e Andrés Zarankin cunharam o termo *Arqueologia da repressão e da resistência* ao proporem que a arqueologia explore a engenharia do extermínio promovida por governos autoritários na América do Sul durante o século XX, como gatilhos e suporte para a memória (Zarankin; Funari, 2009).

Na década de 1990, Nanci Vieira Oliveira liderou uma pesquisa em colaboração com o grupo “Tortura Nunca Mais”, a Associação Médica do Rio de Janeiro e o Grupo de Antropologia Forense da Argentina. Embora os resultados tenham sido inconclusivos, o trabalho evidenciou a existência de “desaparecidos” do início da década de 1970, pessoas de cor branca, entre 18 e 45 anos, mortas por projéteis de armas de fogo, alguns carbonizados (Funari; Zarankin; Reis, 2008). Após essas iniciativas acadêmicas, o Brasil não realizou investigações autônomas e independentes em Antropologia Forense para lidar com casos de pessoas mortas e desaparecidas durante o período da ditadura. Por outro lado, a atuação governamental nesse âmbito é presente em dois casos recentes: o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) e o Grupo de Trabalho Perus (GTP), formados a partir da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, são projetos referência em busca de desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira, cujas investigações foram coordenadas cientificamente por agentes da polícia (Plens, 2022a).

Essas abordagens sublinham o papel vital da pesquisa acadêmica, especialmente da arqueologia forense, na exploração dos traumas coletivos e nas violações de direitos humanos, apontando para o potencial transformador dessa ciência na compreensão da história e da sociedade. Diante desse cenário, a arqueóloga e acadêmica Cláudia R. Plens tem se envolvido ativamente na discussão da arqueologia forense para pesquisa de crimes da época da ditadura desde 2017. Sua experiência na coordenação de um curso de especialização em antropologia forense e direitos humanos, sendo responsável pela disciplina de arqueologia forense, a levou a liderar um projeto internacional nesse campo para investigação de um caso de violação de direitos humanos de uma comunidade indígena Xavante que produziu uma vala comum (Plens *et al.*, 2021). Essa experiência a permitiu vislumbrar possibilidades de desdobramentos da investigação arqueológica com aplicação de técnicas forenses na pesquisa do DOI-Codi/SP.

## ABORDAGENS METODOLÓGICAS PARA A INVESTIGAÇÃO DO DOI-CODI/SP E DAS PAREDES DO CATIVEIRO

A pesquisa em destaque representa um projeto interinstitucional com a coordenação de professores provenientes de três universidades: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com contribuições técnicas e científicas adicionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade de São Paulo (USP). Cada uma dessas instituições foi responsável por desenvolver diferentes pesquisas: análise de documentos históricos, coleta de depoimentos, investigação arqueológica da arquitetura e arqueologia forense, em paralelo com as atividades de arqueologia pública.

A primeira fase da pesquisa ocorreu em meados de 2022, quando foram desenvolvidos estudos com georradar e escaneamento 3D em um dos edifícios do DOI-Codi/SP (2-a), para auxiliar no melhor planejamento da segunda etapa de intervenção arqueológica com escavações. Nessa segunda fase, executada em agosto de 2023, todas as frentes de trabalho (escavações, estudos forenses e arqueologia pública) foram desenvolvidas concomitantemente, inclusive com acompanhamento de visitantes dentro das ações promovidas pela Arqueologia Pública, sob coordenação de Aline Carvalho e Fernanda Lima (Unicamp), que incluiu acompanhamento de vítimas que foram encarceradas na edificação, visitas de estudantes e de interessados em geral, com repercussão nacional e internacional.

Na área externa, destinada ao estacionamento, foi desenvolvida a etapa da arqueologia da arquitetura, sob coordenação de Andrés Zarankin (UFMG), a arqueologia forense, sob coordenação de Cláudia R. Plens (Unifesp), e coleta de depoimentos, sob coordenação de Deborah Neves.

O desenvolvimento da pesquisa designada arqueologia forense decorreu da ideia de emprego de técnicas forenses para análise de pisos e paredes, tais como aplicação de luminol e luzes forenses, com o apoio técnico da física Dra. Maryah Haertel da UFSC, e trabalho voluntário de alunos e ex-alunos da Unifesp e arqueólogos. O desenvolvimento da arqueologia forense no âmbito da pesquisa acadêmica é fundamental para sua aplicação na investigação de crimes históricos recentes, para a recuperação dos fatos e a preservação da memória coletiva (Plens, 2022b), podendo futuramente resultar em contribuição como evidência judicial (IPPDH, 2012).

Nas atividades desenvolvidas pela arqueologia forense foram realizadas investigações geofísicas de pisos e paredes, prospecções de paredes e pisos do Edifício nº 2-a do complexo DOI-Codi/SP, com o intuito de identificar possíveis registros de vítimas encarceradas, bem como vestígios biológicos. A seguir, serão apresentados os resultados obtidos na primeira fase de pesquisa estratigráfica das paredes internas do edifício e os impactos sociais dos resultados.

### O LUGAR DO TRAUMA NO ESPAÇO DO DOI-CODI/SP

O complexo arquitetônico do DOI-Codi/SP é composto por quatro edifícios principais, duas guaritas sentinelas e um pátio, conformando um conjunto multifuncional com histórias entrelaçadas. A pesquisa de Neves (2013) sobre os espaços do DOI-Codi/SP mostra que os edifícios da Delegacia (3) e de alojamento (2-a) foram principais locais de encarceramento, sequestro, interrogatório e tortura (Figura 1).

**Figura 1.** Perímetro e edifícios listados no tombamento. Imagem de fotografia aérea com indicação de perímetro e edifícios listados no tombamento.



1 PERÍMETRO DE PROTEÇÃO

2 ELEMENTOS LISTADOS

2-a SETOR DE INTELIGÊNCIA DO DOI-CODI ( 3 PAVIMENTOS)

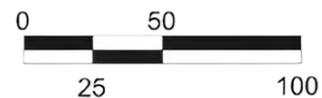
2-b SETOR DE INTELIGÊNCIA DO DOI-CODI ( 2 PAVIMENTOS)

3 36º DELEGACIA POLICIAL

4 PÁTIO

5 ALOJAMENTOS

6 GUARITAS



Fonte: São Paulo. Secretaria da Cultura. Resolução SC-25 de 12 de maio de 2014.

O Edifício nº 2-a foi identificado como o local onde predominam os relatos de interrogatório e tortura, tanto durante a ocupação pela antiga Oban como pelo DOI-Codi/SP. Testemunhos de ex-presos confirmam isso, assim como a pesquisa de Godoy (2015). O Edifício nº 2-b era utilizado como sede administrativa e até como “residência” para o comandante Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável pela expansão das instalações a partir de 1970.

O Edifício nº 3 funcionava como delegacia e cárcere, com salas marcadas por memórias de tortura, enquanto o Edifício nº 5 abrigava agentes de plantão e a Seção de Investigações. O pátio central era o local de início das sessões de tortura, marcando a desumanização dos detidos. As guaritas indicadas como nº 6 foram construídas nos muros voltados para a Tomás de Carvalho, caracterizando a área como de natureza militar, de construção posterior à Delegacia. Além desses espaços principais, há outras construções no perímetro, como uma oficina e uma garagem, cujas histórias se conectam com as funções conhecidas e ainda desconhecidas do complexo.

A documentação sobre a configuração interna dos edifícios do DOI-Codi/SP é escassa, dificultando a compreensão das características físicas e da organização desses prédios, assim

como das mudanças realizadas ao longo do tempo. A ausência de plantas de construção e reforma torna difícil determinar com precisão quando e quais transformações ocorreram, apesar de serem visíveis (Condephaat, 2013). No entanto, contamos com relatos de ex-presos políticos, dados obtidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante a diligência realizada em 2013, e informações contidas no relatório de tombamento do edifício, que nos ajudam a reconstruir a memória espacial do local. Essas mudanças incluem alterações nos pisos, revestimentos, janelas e portas, além da demolição e construção de paredes, constatadas pela equipe de arqueólogos do projeto.

A partir de plantas da Delegacia, obtidas em 2012 por Neves, e do Edifício 2-a, localizadas em 2021, é possível constatar que não houve alterações significativas promovidas durante o uso pelo DOI-Codi. Já os edifícios 2-b e 5 foram construídos entre 1971 e 1972 durante a gestão de Carlos Alberto Brilhante Ustra, o mais longo comandante do órgão. Utilizando recursos do Governo do Estado, construiu-se os novos edifícios e adaptou-se a todas as instalações, incluindo alojamentos, salas de interrogatório e melhorias para os presos (Ustra, 2007, p. 293). Após o fechamento do DOI-Codi/SP, o Edifício 3 foi compartilhado pela 36ª DP e o DECAP, enquanto os Edifícios 2-a e 2-b foram ocupados pelo Instituto de Criminalística e, posteriormente, utilizados como depósito da DECAP. O Edifício 5, a oficina e a garagem foram cedidos ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (Condephaat, 2013). Os relatórios da CNV e de tombamento não mencionam informações sobre seus interiores ou possíveis mudanças físicas em virtude da ausência de informações nos documentos disponíveis e consultados (Figura 2):

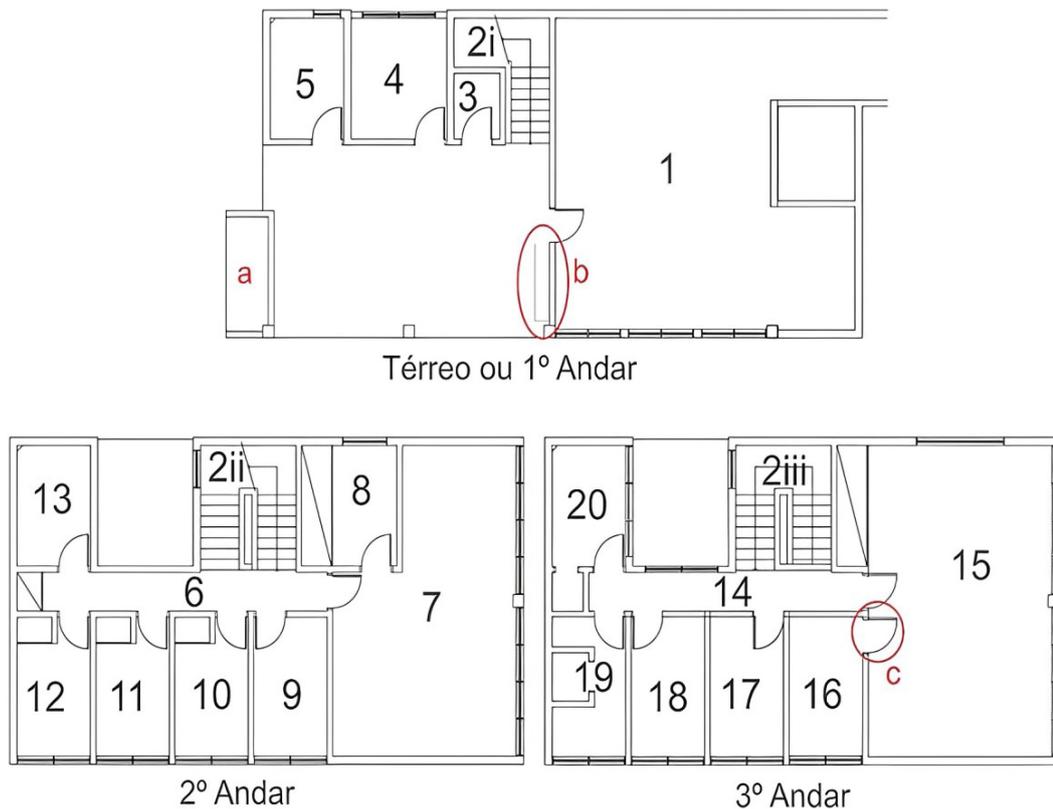
**Figura 2.** Dependências do DOI-Codi/SP na década de 1970, com suas estruturas arquitetônicas numeradas.



Fonte: Adaptado de Condephaat, 2013.

Para este artigo, concentramos em apresentar a configuração espacial do Edifício 2-a, no qual foram realizadas as intervenções arqueológicas iniciadas em agosto de 2023 (Figura 3).

**Figura 3.** Plantas dos três andares do Edifício 2 mostrando a configuração espacial provável durante a operação do DOI-Codi/SP, incluindo: a) uma estrutura menor, parte do edifício anexo nº 2a, atualmente utilizada como depósito; b) o banco de espera próximo à porta do cômodo 1; c) a localização possível da porta de acesso ao cômodo 16. Escala 1:100.



Fonte: Adaptado de Ungaretti (2012) apud Lemos (2019).

A descrição é baseada nos dados e estudos de Lemos (2019) e na planta elaborada por Ungaretti a partir de confronto com o original e identificação no local, além da análise arqueológica realizada pela equipe durante a etapa das escavações. Segundo entrevista de Ivan Seixas concedida à Lemos, o edifício 2-a era:

um predinho que tem três andares: térreo, um e dois. No segundo andar, que é o terceiro e último andar, é onde tinha a sala de tortura (...) você entrava, à direita tinha o refeitório [cômodo 1], né, e tinha a escada com aquele, ééé... aquelas coisas de granilite (...) uma coisa tom pastel, alguma coisa assim, com as pedrinhas dentro (Ivan Akselrud de Seixas, relato oral, 5 out. 2018).

Embora não fosse a principal área de detenção – que ficava no Edifício 3 (Delegacia) –, os prisioneiros eram mantidos nesse prédio para interrogatórios e ocultação, além de ser usado como local para tortura dos sequestrados políticos. Quando necessitavam circular sem serem reconhecidos e sem reconhecer o espaço, eram encapuzados. Além dessas

instalações, o edifício 2-a abrigava as equipes de análise e o comando do DOI-Codi/SP (Condephaat, 2013). No térreo, identificado na Figura 3, ficavam o banheiro, o depósito de armas e o refeitório. (Deborah Neves, informação verbal, 18/10/2018, a partir de relatos de ex-presos coletados em 2013).

Em entrevista para a equipe de arqueologia, Olga Cunha, sequestrada pelo aparelho repressivo em dezembro de 1970, lembrou que ao acessar o primeiro andar preencheu uma espécie de ficha de identificação de seus pertences antes de seu encaminhamento para as salas de interrogatório (Figura 4):

Eu lembro quando cheguei era uma perua, era Rural Willys, azul, era uma perua assim, C14, mas daí eu entrei, tinha uma portinha, tinha que nem um balcão de uma recepção de madeira e ali eu tive que deixar meus documentos, minha bolsa, tudo, e assinar papel, onde estava anotando tudo que eu tava deixando ali e daí desta portaria me levaram para cima... (Cunha, Olga. Entrevista concedida a Lima e Neves, 5 ago. 2023)<sup>1</sup>.

**Figura 4.** Sondagem arqueológica. Sondagem 1 e antiga sala de identificação



Fonte: Projeto Arqueologias DOI-Codi/SP (@arqueodoicodisp).

<sup>1</sup> CUNHA, Olga. Entrevista concedida a Lima e Neves em 5 ago. 2023.

O testemunho de Olga<sup>2</sup> dialoga com os depoimentos de outros ex-sequestrados políticos e com o vidro de tinta (Figura 4a) encontrado no primeiro nível da sondagem do pátio da delegacia pela equipe de escavação da UFMG, coordenada pelo Professor Andrés Zarankin. Esse tipo de tinteiro da década de 1960 era normalmente utilizado para carimbo de coleta de digitais (Figura 4b), e foi encontrado no primeiro nível da sondagem localizada no pátio externo do complexo, próximo à porta onde funcionava uma sala de identificação que Olga mencionou.

**Figura 4.** Materiais arqueológicos localizados no DOI-Codi/SP. (**Figura 4a** Vidro de tinta encontrado no local onde presos eram fichados; **Figura 4b** Ficha de Moacyr de Oliveira Filho<sup>3</sup>)



---

<sup>2</sup> Para reflexões sobre coleta de testemunhos online, ver Santiago e Magalhães (2020).

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/mais\\_consultados/deops](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/mais_consultados/deops). Acesso em: 8 nov. 2024.

**Destacamento de Operações de Informações / CODI - II Ex**

**Ficha Individual**

Nome: RAMON DE OLIVEIRA FILHO

Codomo(s): "MCA"

Nome(s) Fictici(s): - - -

Filiação: RAMON DE OLIVEIRA E DE MARILIA BAERGER DE OLIVEIRA

Data de Nascimento: 02 AJO 1953

Naturalidade: SÃO PAULO SP

Estado Civil: SOLTEIRO

Documento de Identidade: "

estatura: 1,65 M altura 2,05 M cabelos: CS2 ESC CRESP olhos: CS2 IZD

Índice: OST MED AP barba: AMBÓ CS2 YSC

Sistema Particular: UCAMENOS (ADICIONADO)

Profissão: DESCONHECE

Residência: RUA LUCRÉCIO COUJO DE MAGALHÃES JUIZES Nº 146

ITAIM BIBI SAULO SP

Local de trabalho: SACUNDADE DE ECONOMIA - INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS

CIDADE UNIVERSITÁRIA SAULO SP

Local da prisão: RUA LUCRÉCIO COUJO DE MAGALHÃES JUIZES

ITAIM BIBI SP/JO SP

Motivo e data da prisão: EMBA AVESTIGUAÇÕES - EM 09 MAI 72

Organização Subversivo-Terrorista: MEMBRO

Data da Identificação: 09 MAI 72

Fotografia catalogada no DOI sob n.º 2.827

Anexos: 2 (DUAS) FOLHAS DACTILOSCÓPICAS

3 (TRES) FOTOGRAFIAS DE FRENTE



**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**  
 Serviço de Identificação de Entrada  
 Sistema "VUCITICII"

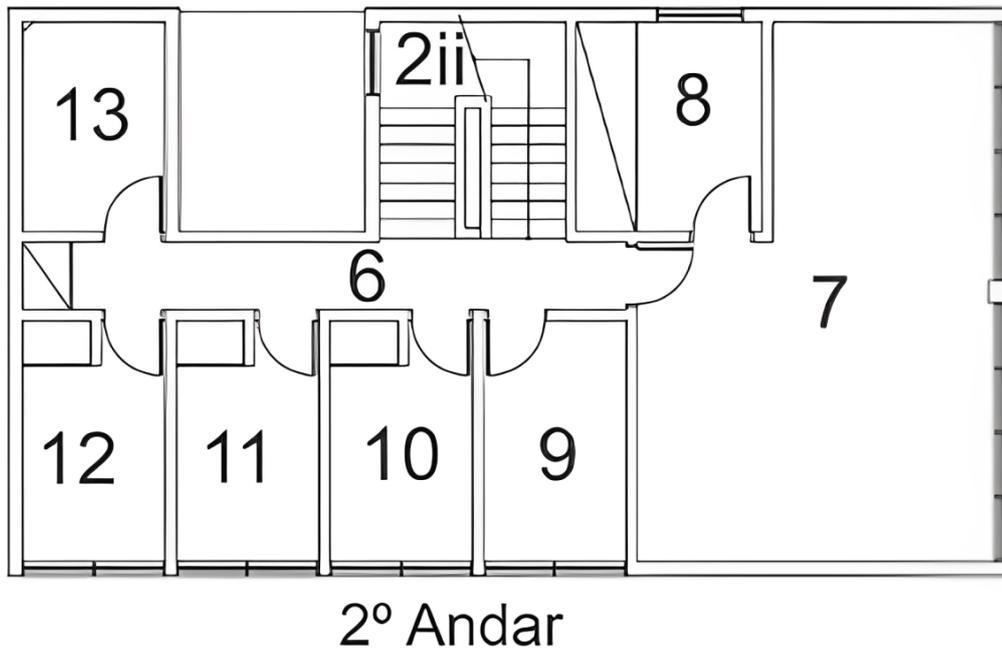
Polgares	Índices	Médios	Anulares	Mínimos
seção				

Fonte: Projeto Arqueologias DOI-Codi/SP e Arquivo Público do Estado de São Paulo (Fundo DEOPS).

É importante destacar que as fichas e os interrogatórios coletados pelos agentes não tinham validade jurídica, uma vez que a criação de inquéritos não estava entre as atribuições desse órgão, como observado por Joffily (2008). Essa documentação, em geral, tinha finalidade de controle interno e, principalmente, servia como guia para os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) durante o interrogatório oficial, conhecido como “auto de qualificação e de interrogatório” (Joffily, 2008, p. 39).

No segundo andar (Figura 3), como apresenta Lemos (2019, p. 233), ficavam as salas de interrogatório/detenção, tortura (cômodos 9, 10, 11 e 12), banheiro (cômodo 13), e uma sala ampla (cômodo 7) que, segundo Neves – baseada em informações de ex-presos coletadas em 2013 –, possivelmente funcionava como enfermaria ou outra sala para equipes de processamento de informações (Figura 5). Essa sala, ocupada majoritariamente pelos agentes, provavelmente era subdividida por paredes provisórias, prática comum em repartições públicas.

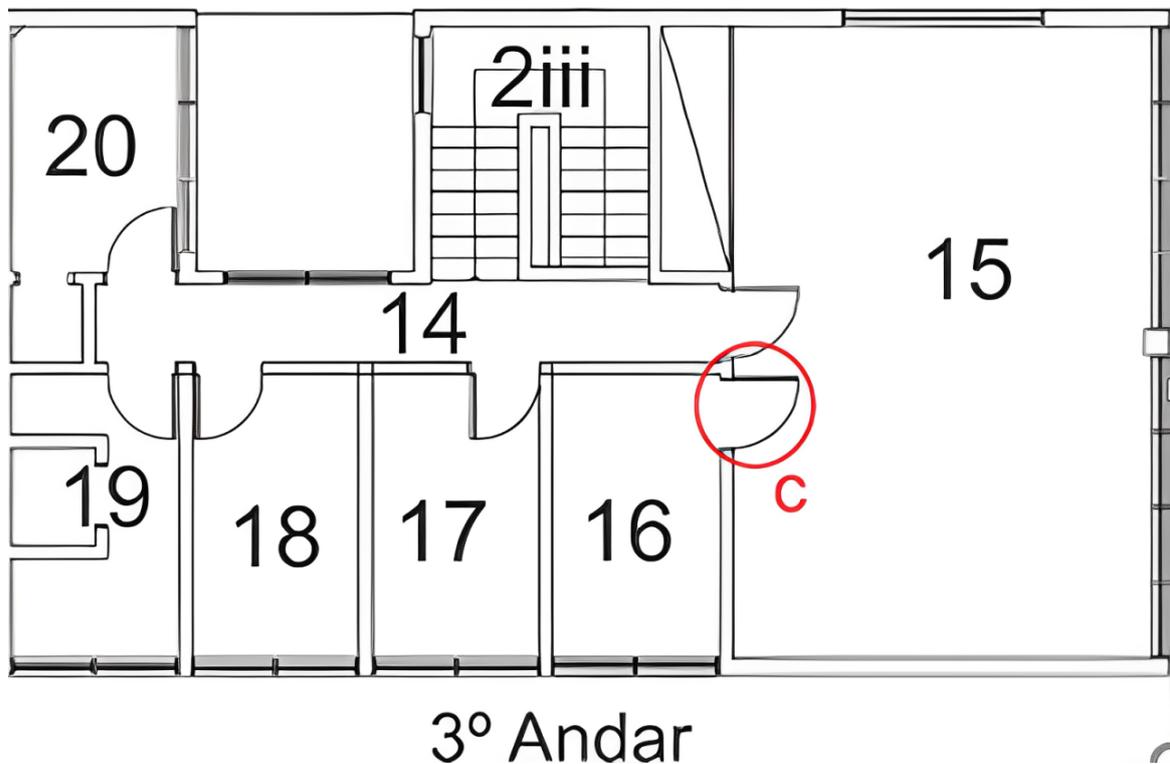
**Figura 5.** Planta do segundo andar do edifício 2.



Fonte: Adaptado de Ungaretti (2012) *apud* Lemos (2019).

Sobre o terceiro andar, o espaço abrigava as salas de interrogatório e tortura (cômodos 16, 17 e 18), os banheiros (cômodos 19 e 20) e o espaçoso cômodo central (nº 15), onde ficavam as equipes de análise e comando do órgão (Figura 6).

**Figura 6.** Planta do terceiro andar do Edifício 2.



Fonte: Adaptado de Ungaretti (2012) *apud* Lemos (2019).

É interessante mencionar a experiência dos ex-presos políticos quando em contato com o edifício 2-a durante o período de entrevistas no complexo em agosto de 2023. Crimeia de Almeida, sequestrada política em 1972 no antigo DOI-Codi/SP, relatou que sua percepção sobre os cômodos divergia bastante da realidade. Para Almeida, os corredores se apresentavam muito maiores, profundos e com as paredes imensas, e se indagava sobre essa mudança. Embora esse apontamento talvez não tenha sido possível, devido à estrutura do edifício, não podemos desconsiderar que a arquitetura material fria e de isolamento provocasse essa sensação de apequenamento e terror nos ex-presos e, portanto, a experiência de Crimeia de Almeida revela como a organização espacial dessa instalação contribuía para a repressão ali instaurada.

## O SILÊNCIO DAS PAREDES: A INSCRIÇÃO DO TEMPO EM CATIVEIRO

Dentro dos estudos de Arqueologia Forense, foi conduzido o processo de decapagem das superfícies de paredes dos primeiro e segundo andares do antigo edifício do DOI-Codi/SP, juntamente com uma secção do piso de taco situado no segundo andar. As operações de decapagem das camadas de tinta das paredes foram implementadas em quatro áreas distintas do prédio: uma cela antiga localizada no primeiro andar em frente à escada, e duas antigas salas de tortura e um banheiro, situados no segundo andar. Com exceção do banheiro, as demais áreas foram submetidas ao processo de decapagem em uma região delimitada de 0,5m x 1m, posicionada centralmente na parede, cerca de 1,5m de altura e aproximadamente 1,0m de distância do vértice da parede.

As paredes das salas de tortura revelaram a presença de aproximadamente três camadas distintas de tinta antes de atingir o concreto subjacente, com a camada mais recente em tom de cinza, seguida por duas camadas anteriores em tons de azul, antes de chegar a revestimentos de argamassa, massa corrida ou mesmo concreto em áreas onde reparos foram realizados anteriormente. Durante o processo de decapagem, tornaram-se evidentes alterações significativas no segundo andar, incluindo a remoção e adição de novas paredes, indicando uma reconfiguração do espaço, juntamente com o fechamento de uma janela correspondente à localização de uma das salas. Apesar da revelação das camadas de tinta e das modificações estruturais do edifício, não foram identificados quaisquer outros elementos relacionados à presença passada dos presos políticos nas áreas examinadas, com exceção da parede do banheiro, onde o processo de decapagem revelou informações adicionais.

O processo de decapagem das paredes do banheiro à direita (n° 13) do corredor (segundo andar), este constituído por uma área de 7m<sup>2</sup>, aproximadamente, revelou a presença de inscrições de um possível encarcerado. Nas paredes do banheiro à esquerda (n° 12) não se verificou qualquer tipo de registro, e os trabalhos ainda serão intensificados em alguns pontos, na próxima fase da pesquisa.

De maneira geral, as paredes dos banheiros foram revestidas de azulejos brancos até aproximadamente 1,40 m de altura, a partir do chão. Durante os trabalhos observou-se a falta de uma faixa de revestimento logo acima dos azulejos, uma espécie de acabamento que destacava o térmico dos revestimentos e o início do reboco.

As decapagens foram conduzidas, primeiramente, na parede em que se encontram os dois mictórios do banheiro (n° 13), restringindo-se a uma estreita faixa abaixo da janela, formada por cerca de 2 metros de comprimento e 0,20m de largura, aproximadamente. Nesse local foi constatada a inscrição, como mostra a figura a seguir, a partir do processo de fotogrametria (Figura 7).

**Figura 7.** Fotogrametria da parede do banheiro com a inscrição.



Fotos e digitalização: Anderson Tognoli.

Os procedimentos de decapagens também foram realizados na parede à esquerda da janela, onde se observa uma pequena pia e, ao mesmo tempo, dentro do espaço reservado ao banho dos presos. Entretanto, não foram evidenciados quaisquer registros nesses locais.

Com base nas decapagens das paredes foi verificada a presença de três camadas de tinta, sendo a mais recente composta por uma coloração bege, seguida por um tom azulado e, por fim, uma camada branca, cobrindo a seguir o reboco da parede.

Durante o andamento dos trabalhos, foram identificadas áreas preenchidas com massa corrida com o intuito de corrigir imperfeições e modificações que surgiram nas paredes com o passar do tempo, resultantes da utilização do espaço. Especificamente, foi observada uma reforma na parede próxima à inscrição, onde alguns locais foram preenchidos com uma combinação de cimento e massa corrida devido às mudanças realizadas.

A partir do desenvolvimento dos trabalhos de decapagem da parede do banheiro, foi notada pela equipe de pesquisadores, inicialmente, uma parte da inscrição que se encontrava exposta, sendo os números 29 e 30. As várias camadas de tinta sobrepostas na parede ao longo do tempo, além da constatação de alguns pontos que sofreram alterações, acabou dificultando a visualização do registro.

Diante dessa verificação, o processo de decapagem concentrou-se na faixa de parede junto a esses números, revelando a presença de um registro mais complexo, um calendário formado por números que indicavam alguns dias do mês, juntamente com os dias da semana, representados de forma abreviada logo acima dos números.

Nesse sentido, com o decorrer da decapagem, outros números foram evidenciados, que indicaram um período sequencial entre 23 e 31, sendo que esse ponto da parede sofreu uma alteração significativa que, por sua vez, comprometeu parcialmente o número 3, sendo possível observar apenas a parte inferior do número 1. Ao mesmo tempo, logo acima desses números, observamos a relação com os dias da semana, que começou com o registro da sexta-feira e se estendeu até o sábado, ou seja, um período de 9 dias, referente ao mês de outubro.

Destaca-se ainda que, um pouco mais afastado, localizado na extremidade esquerda da inscrição, observou-se mais uma data, sendo identificado, entretanto, devido ao estado de alteração da parede, apenas o número 4.

Em conjunto com essa primeira sequência de datas, visualizamos duas barras intencionalmente gravadas de forma inclinada, com o objetivo de indicar o término e ao mesmo tempo o começo de um novo mês.

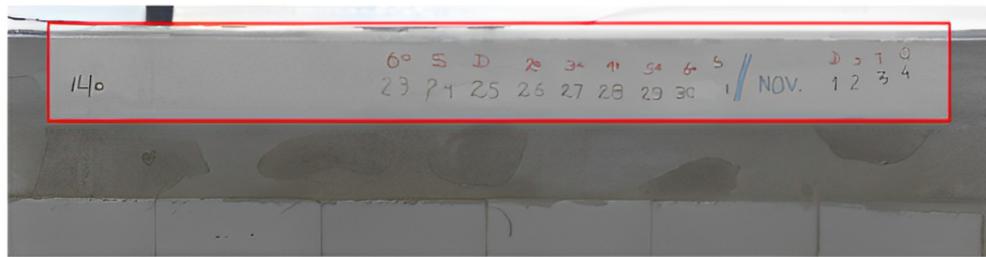
Dessa forma, o mês de novembro estava registrado de forma abreviada <NOV.>, indicando o início do mês subsequente. A seguir encontramos gravados os números 1, 2, 3 e 4, entretanto, de forma mais inclinada em relação às datas anteriores. Ao mesmo tempo, acima dessas datas, observou-se também, de forma abreviada, os dias da semana, estes começando no domingo e se prolongando até a quarta-feira.

A partir da técnica de decalque da inscrição apresentada a seguir, com o objetivo de demonstrar de forma mais evidente o calendário, podemos observar os dias do mês registrados em preto, os dias da semana em vermelho e o mês destacado em azul (Figuras 8 e 9).

**Figura 8.** Decalque da inscrição evidenciada na parede do banheiro.



Foto: Eder Martins.

**Figura 9.** Digitalização do decalque da inscrição evidenciada na parede do banheiro.

10 cm



10 cm

Foto e digitalização: Anderson Tognoli.

Por fim, a presença desse calendário apontou um período registrado de pelo menos 13 dias. No entanto, diante da constatação de algumas partes alteradas da parede devido à tentativa de correção de alguns pontos, é possível que a inscrição deixada por essa pessoa encarcerada fosse muito maior, ou seja, o período de tortura desse preso político no prédio do DOI-Codi/SP pode ter sido mais longo do que imaginamos.

Tomando como parâmetro a relação descrita acima entre os dias do mês de outubro e novembro identificados, juntamente com os dias da semana, com base em uma pesquisa em um calendário digital online<sup>4</sup>, foi possível associar essas datas com os anos de 1970 e 1981.

A análise simbólica desse calendário emerge como um documento eloquente de resistência, esperança e resiliência frente à adversidade. Cada linha traçada é um indicador numérico, uma contagem que procura auxiliar a pessoa a não perder o controle da temporalidade, ao mesmo tempo que se apropria do espaço para deixar uma marca de presença.

## O IMPACTO SOCIAL DO REGISTO DO TEMPO DE ENCARCERAMENTO NO PRESENTE

Durante as visitas mediadas realizadas no âmbito das atividades de Arqueologia Pública, pôde-se observar o impacto causado pela experiência presencial na edificação que, até então, jamais havia sido aberta à visitação ampla. Houve relatos de sentimentos de angústia, admiração pela pesquisa arqueológica que estava lidando com um tema raramente discutido abertamente na sociedade brasileira, e questionamentos sobre o silêncio de vizinhos do órgão diante da ciência das torturas. Ao longo dos 12 dias de trabalhos, as visitas receberam cerca de 700 pessoas, que espontaneamente compareceram ao local, interessadas em conhecer tanto a história como o local, e ainda o cotidiano de uma pesquisa arqueológica. Dentre os visitantes, apenas uma pessoa questionou a relevância do projeto, colocando em dúvida a existência de violações de direitos humanos; mesmo esta visitante, que foi recebida com cortesia e contemplada com informações com respaldo científico, encerrou a atividade convencida de que o trabalho deveria ser respeitado.

No decorrer da pesquisa arqueológica, observou-se que os policiais da 36ª Delegacia, que permanece em funcionamento, demonstraram respeito e interesse sobre as pesquisas.

<sup>4</sup> <https://www.jogral.com.br/calendario-mensal/calendario-mensal-ano-1970.php>

Houve colaboração ativa em garantir o bom desenvolvimento dos trabalhos, além de confiança em apresentar relatos sobre a edificação. Houve sempre a prática de dissociar a atual atuação da polícia daquela praticada durante a ditadura.

A descoberta das inscrições possivelmente feitas por uma vítima durante o período da ditadura, identificada no penúltimo dia de trabalho, se revelou como um ponto de inflexão para o público. Tais registros, que atestam a passagem do tempo de encarceramento e as experiências vividas naquele espaço, forneceram um testemunho que atravessou o tempo e provocaram conexão e empatia com o sofrimento humano. Como defende Dolff-Bonekämper (2002), ainda que os prédios por si próprios não sejam capazes de referenciar seu passado, suas reminiscências sim, de modo que os visitantes podem construir suas perguntas e interpretações a partir do contato com o “espírito do lugar” – que desperta sentimentos individuais a partir do conjunto de materialidade e imaterialidade que compõe os lugares de memória (ICOMOS, 2008).

Entre 2 e 14 de agosto de 2023, foram vários os profissionais de imprensa que acompanharam os trabalhos, resultando em experiências pessoais bem como em ampla divulgação – mais de 100 matérias e citações –, inclusive destaque nas capas de internet e de versão impressa d’*O Estado de São Paulo* e da *Folha de São Paulo*, respectivamente. Essa repercussão no campo da arqueologia estimulou arqueólogos de diferentes regiões do Brasil – e especialmente aqueles que tinham parentes e amigos vitimados no DOI-Codi/SP – a contatar a equipe responsável para expressar agradecimento pelo trabalho em andamento. O alcance das reportagens, especialmente de ex-presos em visita à pesquisa, resultou em contatos que relataram experiências de parentes e amigos já falecidos, mas também de pessoas que nunca falaram sobre o tema.

Um exemplo emblemático desse fenômeno ocorreu com o professor e artista Jamil Giúdice, que foi soldado do Exército em serviço obrigatório no ano de 1983; após veiculação de matéria no *Jornal da Cultura*, Giúdice contatou Neves por meio das redes sociais para dividir sua experiência. Convidado a deixar seu testemunho – o primeiro de uma pessoa que trabalhou no lugar desta pesquisa – Giúdice relatou ter sido designado para servir nas guaritas da Rua Tomás de Carvalhal apenas três vezes, sem saber exatamente o que era o prédio que guardava. Nessas oportunidades, relatou ter testemunhado a construção do muro que dividiu o lote entre as Ruas Tutoia e Tomás de Carvalhal e que eliminou a rampa de acesso entre a cota alta e a baixa; essa datação não havia sido possível por meio da documentação investigada até então. Afirmou ainda que na terceira vez que fez vigília na guarita, ninguém o “rendeu” no turno, tendo sido a última pessoa a atuar no posto; era a desativação e o fechamento das portas do DOI-Codi/SP naquele local em 1983, mudado para a área do hospital militar no bairro do Glicério, região central de São Paulo (Godoy, 2015).

Outra testemunha que buscou a equipe foi a Dra. Lúcia Maria Salvia Coelho, uma vítima de 86 anos, presa no DOI-Codi/SP em 1971; no último dia de trabalho, 14/8/2023, ela visitou o local. Ao chegar no pátio, Dra. Lúcia prontamente se ofereceu para compartilhar a história de seu encarceramento e de seu marido com a equipe – registrado pela Manjerição Filmes e pela equipe da jornalista Neide Duarte. Durante seu relato emocionado, ela revelou que tinha sonhos recorrentes sobre o período de encarceramento. Mesmo evitando entrar no prédio 2-a, Dra. Lúcia descreveu detalhadamente a parte interna da edificação e, surpreendentemente, sem ter tomado conhecimento pelos jornais sobre as inscrições recém localizadas, recordou de uma inscrição que havia visto durante sua detenção na parede de um dos banheiros. Esse depoimento foi fundamental para definirmos o ano da inscrição: 1970. De acordo com seu relato, ter se deparado com o calendário causou-lhe perplexidade e, a partir daquele momento, começou a fazer marcações similares para registrar o tempo de seu próprio encarceramento em sua cela (essas inscrições não foram localizadas). Dra.

Lúcia visitou o espaço da 36ª Delegacia, ainda não investigado pela equipe de arqueologia, e identificou a área das celas e uma sala onde sofreu torturas no primeiro andar. Durante a visita, Dra. Lúcia perguntou por “Ivanzinho”, afirmando que havia ficado presa juntamente com Fany Seixas e suas filhas. Trata-se do ex-presos político Ivan Seixas, responsável pelo pedido de tombamento ao Condephaat; Neves providenciou de imediato uma ligação por telefone e eles puderam conversar por alguns minutos naquela oportunidade.

Amigos e familiares de Dra. Lúcia relataram que, nos dias seguintes à visita, observaram uma mudança significativa em seu comportamento. Durante duas semanas, ela sentiu uma necessidade contínua de compartilhar os eventos ocorridos consigo durante a ditadura, assunto que há muito havia sido recalcado em seu íntimo. No entanto, diferente do desconforto inicial, os relatos agora pareciam apresentar uma elaboração dos fatos. A visita ao local parece ter desencadeado, de algum modo, um processo de alívio, por ter permitido externalizar memórias há muito guardadas. Após semanas de reflexão e processamento das memórias despertadas pela visita ao local de encarceramento, Dra. Lúcia faleceu em 7 de setembro de 2023.

O resultado da pesquisa, em particular a identificação do registro parietal, culminou na visita do ministro Silvio Almeida às antigas instalações do DOI-Codi/SP, em 1/12/2023. Durante essa visita, cuidadosamente planejada, o Ministro Almeida teve a oportunidade de ouvir ex-presos, familiares e membros do GT Memorial DOI-Codi, que reivindicaram seu apoio à instalação do museu-memorial. Em seguida, ele foi apresentado aos resultados preliminares da pesquisa arqueológica, que o impressionaram positivamente. O ministro e sua assessoria conheceram o testemunho material deixado por uma vítima da ditadura, evidenciando não apenas a passagem do tempo, mas também a resistência humana diante do inimaginável (Figura 10). O encontro reiterou a significância imensurável da preservação e da pesquisa da memória histórica no prédio do DOI-Codi e firmou o compromisso do ministério na validação e no reconhecimento das duras realidades enfrentadas pelas vítimas sob o regime autoritário.

**Figura 10.** Visita do Ministro Silvio Almeida para conhecer os trabalhos arqueológicos efetuados no DOI-Codi/SP, em 2023.



Foto: Paulo Pinto (Empresa Brasil de Comunicações (EBC)).

A presença do ministro nas instalações do DOI-Codi/SP emergiu como um potente símbolo de suporte governamental à iniciativa de pesquisa arqueológica, sinalizando uma postura estatal de reconhecimento e respeito à verdade histórica, resultando no repasse à Unifesp de recursos que garantirão a conservação dos materiais resgatados pela arqueologia em guarda provisória no LAP-Unicamp e também no financiamento parcial do Memorial Virtual DOI-Codi, em desenvolvimento no Laboratório de Estudos Arqueológicos, do Departamento de História/Unifesp, onde estarão todas as informações produzidas e identificadas sobre o DOI-Codi/SP.

Se o gesto do ministro demonstrou vontade política de enfrentar as sombras do passado, ressaltando a urgência de desvelar, compartilhar e refletir sobre histórias frequentemente relegadas ao esquecimento ou à negação pela sociedade, restou evidente a disputa que o tema desperta no interior do governo. Com a proximidade dos 60 anos do golpe civil-militar, havia expectativas sobre um posicionamento oficial do governo sobre a temática, especialmente a reinstalação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos; no entanto, o presidente Lula expressou a opinião de que não devemos remoer o passado<sup>5,6</sup>, frustrando ex-presos, familiares, pesquisadores e militantes que se dedicam à temática. Restou aos ministros, individualmente, expressar repúdio à ditadura e a necessidade de lembrar e atuar para a consolidação da democracia.

A contribuição da pesquisa Arqueologias do DOI-Codi está na atuação da sociedade. Avaliamos que a comoção social gerada por essa pesquisa se deve, em grande parte, à ausência de um processo completo de Justiça de Transição no Brasil (Payne; Abrão; Torelly, 2011). Como resultado, a sociedade continua sem conhecer a totalidade dos eventos ocorridos durante a ditadura, sentindo a necessidade premente de confrontar e processar esses acontecimentos por meio do acesso ao conhecimento aprofundado da História. Com o avanço da extrema-direita no mundo e a recente tentativa de golpe no Brasil em 2023, o cenário é favorável ao diálogo e à ampliação do entendimento sobre aspectos da ditadura que são minimizados face à bem-sucedida propaganda política do regime (Fico, 1997; Neves, 2020), e à defesa da ditadura por setores da sociedade nos últimos anos. O impacto das descobertas da pesquisa Arqueologias do DOI-Codi ultrapassou as fronteiras do passado, estimulando reflexões importantes sobre o legado histórico de eventos repressivos, sua relevância na sociedade atual, permitidos por meio da preservação do patrimônio cultural.

A coragem das vítimas e de indivíduos que tinham conhecimento dos eventos em compartilharem suas histórias e confrontarem memórias dolorosas destacou a importância de reconhecer e documentar os impactos, tanto individuais quanto coletivos, de períodos sombrios da história brasileira. O legado dessas experiências não se perpetua apenas nas narrativas compartilhadas, mas igualmente na determinação e resiliência diante de um passado difícil e que, muitas vezes, prefere-se que seja esquecido.

O impacto social e a relevância das descobertas realizadas por Arqueologias do DOI-Codi reforça a urgência em instalar um museu-memorial no conjunto das antigas dependências do DOI-Codi/SP, reconhecendo-o como um marco crucial na História do

---

<sup>5</sup> Plens, Cláudia R. Carta em resposta a Lula sobre o golpe de 1964. Discordamos da posição de que o golpe de 64 e a ditadura militar sejam tópicos que devemos deixar no passado. JOTA. 4/3/2024. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/carta-em-resposta-a-lula-sobre-o-golpe-de-1964-04032024>. Acesso em: 8 nov. 2024.

<sup>6</sup> Plens, Cláudia R. O veto presidencial e a negação da memória. Folha de S. Paulo 5/5/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/05/o-veto-presidencial-e-a-negacao-da-memoria.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Brasil, seja pela criação do órgão, seja pelo trabalho e empenho da sociedade civil em manter vivo o debate público sobre a ditadura e as histórias que restam ser contadas. Mesmo diante da resistência por parte do governo paulista em aceitar essa proposição (Agostine, 2023), a importância desse passo é fundamental e inegável. A instalação de um museu-memorial no espaço onde foi o DOI-Codi honra a memória das vítimas, proporciona um local para reflexão e aprendizado para a sociedade e representa um avanço civilizatório no Brasil, cuja violência institucional segue assassinando e desaparecendo brasileiros diariamente.

## CONCLUSÃO

À medida que esta investigação se desenvolve em meio à complexidade da história e da memória inscritas em paisagens marcadas por eventos traumáticos, torna-se evidente a importância incontestável do trabalho arqueológico em questões relativas a direitos humanos. A arqueologia, com metodologias meticulosas e compromisso rigoroso com a materialidade do passado, emerge não apenas como uma ferramenta de reconstrução histórica, mas, sobretudo, como um veículo para a justiça social.

As inscrições encontradas, seja no sentido literal de textos gravados em um suporte material, seja no sentido metafórico de marcas deixadas na paisagem, atuam como testemunhas silenciosas de tempos que, embora desejássemos esquecer, precisam ser lembrados e compreendidos. Elas são, de fato, fragmentos de narrativas, peças de um complexo quebra-cabeça que, quando reunidas, nos permitem vislumbrar a dimensão humana profunda por trás dos números e fatos frios da História.

No diálogo acadêmico sobre lugares de trauma, frequentemente há uma tensão entre a necessidade de preservar a memória desses locais e o desejo de promover a cura e o avanço em direção a um futuro mais esperançoso. O trabalho arqueológico, portanto, não é apenas um esforço de documentação, mas, também, um ato de respeito e reconhecimento para com aqueles que sofreram. Ele nos lembra que, mesmo nas camadas mais profundas, sob os escombros do esquecimento, as histórias esperam para ser contadas.

A literatura especializada que trata da história de lugares traumáticos salienta a necessidade de um equilíbrio delicado entre lembrar e esquecer (Jelin, 2022). No entanto, as descobertas arqueológicas e as inscrições nos guiam nesse equilíbrio, fornecendo um ponto de ancoragem firme na realidade, um lembrete tangível de que, embora as circunstâncias possam mudar, a importância de recordar permanece, associada à necessidade de agir.

Não é descabido afirmar que muitas vezes as memórias precisam da ajuda de vestígios ou fragmentos para permanecerem ativas (Nora, 1993). Em geral, os vestígios podem ser constituídos de forma material (no caso de objetos, estruturas e paisagens) e/ou imaterial (no caso de memórias). Yates (2007) analisou a capacidade das pessoas de memorizar dados e eventos de forma eficaz. Dessa forma, destacou o uso de “imagens de agentes” como recurso mnemônico. Para o autor, as imagens agentes são os traços com maior impacto na constituição da memória (devido a sua abundância, intensidade e duração). Sua agência reside precisamente em sua capacidade geradora. As imagens dos agentes são o resultado da experiência sensorial. Por isso, estimulam emoções de forma mais simples do que qualquer outro tipo de dado. As emoções têm um papel privilegiado na constituição da subjetividade, pois garantem a durabilidade das memórias. De fato, alguns investigadores acreditam que os objetos podem formar uma espécie de registro de memória extrassomática.

Podemos afirmar que os objetos nos conectam com o passado de diferentes maneiras. Dessa forma, tornam presentes pessoas e acontecimentos que esperamos sejam lembrados e ativados; a materialidade do mundo conferindo durabilidade e eficácia à memória. Os objetos podem ser a representação material de uma memória que deve ser preservada, e é essa importância que lhes confere seu caráter patrimonial, de legado. No caso no

DOI-Codi/SP, espaço que funcionou durante a ditadura militar para aprisionar e seviciar “inimigos” conduzidos coercitivamente (em sua maioria sequestradas), a arqueologia e sua recuperação de registros materiais permitem que as histórias da repressão e as da resistência recobrem vida e atos no presente.

#### AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossos agradecimentos aos diversos apoios institucionais que foram fundamentais para o desenvolvimento deste projeto científico: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Processo 407591/2021-4), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Proc. 2023/02369-3), à Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp e ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Estendemos os agradecimentos aos pesquisadores voluntários da pesquisa, ao Grupo de Trabalho DOI-Codi/SP, à equipe da 36ª Delegacia de Polícia de São Paulo, ao Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA/Unifesp), aos Grupos de Pesquisa CNPq “Núcleo de Estudo e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia Forense” (NEPAAF/LEA/Unifesp) e Territórios e Direitos Humanos (TDH/Unifesp), à Reitoria da Universidade Estadual de Campinas, Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais), Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, UPPH (Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo), Memorial da Resistência de São Paulo, Núcleo de Preservação da Memória Política, IPHAN-SP, Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas (LEACH), Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG, e o Instituto Multidisciplinar de Historia y Ciencias Humanas (IMHICIHU-CONICET) da Argentina. Sobretudo, prestamos nosso mais profundo respeito às vítimas do DOI-Codi/SP e apresentamos a mais profunda gratidão àqueles que, embora afetados pelos eventos ocorridos no DOI-Codi/SP, ainda assim se dispõem a compartilhar suas histórias com nossa equipe. Seus atos de coragem em compartilhar suas experiências contribuí imensamente para a busca por verdade e justiça. O apoio e a colaboração de todos refletem um comprometimento admirável com a pesquisa, a educação e a construção de uma sociedade mais justa e esclarecida.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINE, Christiane. *Governo de SP resiste em transformar DOI-Codi em memorial*. Valor Econômico, 11 set. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/09/11/governo-de-sp-resiste-em-transformar-doi-codi-em-memorial.ghtml>. Acesso em: 6 nov. 2024.
- ARENDT, Hannah. *Eichmannl*. New York: Viking Press, 1963.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BURGOS, Elizabeth. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. Cidade de Guatemala: Editorial Universitaria, 1983.
- CASEY, Edward. *The fate of place: a philosophical history*. Berkeley: University of California Press, 2013.
- CONDEPHAAT. Parecer Técnico UPPH nº GEI-256-2012. Pedido de tombamento das Antigas Instalações do DOI-CODI em São Paulo. *Processo CONDEPHAAT nº 66578/2012*. São Paulo, 2013.

- DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Sites of hurtful memory. The Getty Conservation Institute Newsletter, vol. 17 ner. 2. Los Angeles, 2002, p. 4-10.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ELES, Natália Castanho Paes. *Tortura além do físico: o uso de filhos na tortura de mães em aparatos repressivos de São Paulo durante a ditadura civil-militar do Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2023.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart, uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil, 1969-1977*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir : Naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- FUNARI, Pedro P. A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José A. (org.). *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2015.
- HIRSCH, Marianne. *The generation of postmemory: writing and visual culture after the holocaust*. New York: Columbia University Press, 2012.
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- ICOMOS. *Declaração de Qubec: sobre a preservação do “Spiritu loci”*. Québec, 2008. Disponível em: [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf). Acesso em: 6 nov. 2024.
- IPPDH - INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN DERECHOS HUMANOS MERCOSUL. *Principios fundamentales para las políticas públicas sobre sítios de memoria*. Buenos Aires: IPPDH, 2012.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2022.
- JOFFILY, Mariana Rangel. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Dissertação (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- LEMOS, Caroline Murta. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.
- LEMOS, Caroline Murta; LIMA, Fernanda Lima Teixeira. *Elaborando memórias do DOI-CODI/SP*. Brasília: Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar, 2023, livro eletrônico, 29 p.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NEVES, Deborah Regina Leal. *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. São Paulo: Alameda, 2018.
- NEVES, Deborah Regina Leal. *Construindo o poder: ditadura e obras públicas em São Paulo (1965-1976)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. A anistia na era da responsabilização: contexto global, comparativo e introdução ao caso brasileiro. In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (org.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p. 18-31.
- PLENS, Cláudia Regina; SOUZA, Camila Diogo de; ROKSANDIC, Ivan; GÓRKA, Katarzyna; ROKSANDIC, Mirjana. Surviving the contact: the Xavante and the demographic impact of epidemics on Brazilian Indigenous people from colonization to the military dictatorship. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 18, n. 35, p. 146-173, 2021.
- PLENS, Cláudia Regina; SOUZA, Camila. Arqueologia forense: dos procedimentos técnicos à interpretação dos eventos. In: MACHADO, Carlos Eduardo Palhares; DEITOS, Alexandre Raphael; VELHO, Jesus Antônio; CUNHA, Eugênio (org.). *Tratado de antropologia forense: fundamentos e metodologias aplicadas à prática pericial*. 2. ed. Campinas: Millennium, 2022a. p. 1-35.
- PLENS, Cláudia Regina. A contribuição acadêmica para a consolidação da arqueologia e antropologia forenses no Brasil. In: PLENS, Cláudia Regina (ed.). *Direitos humanos sob a perspectiva do direito à vida, da antropologia forense e da justiça no caso de violações*. São Paulo: Editora Annablume, 2022b. p. 345-357.
- PEREIRA, Freddie Perdigão. O governo é ainda obra de cultura. *Política: Revista da Fundação Milton Campos*, Brasília, n. 1, p. 3, 1978.
- RICCEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, [s. l.] v. 27, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/102266>. Acesso em: 27 nov. 2023.
- SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014a.
- SÃO PAULO. Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Resolução SC nº 25, de 12 de maio de 2014. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2014b. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

- SCHOFIELD, John. *The archaeology of the holy war: the search for the face of battle*. Eastbourne: Antony Rowe Ltd, 2003.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Ser, 2007.
- YATES, Frances. *A arte da memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa A. *Después de la tormenta: arqueología de la represión en América Latina*. *Complutum*, Madrid, v. 19, n. 2, p. 21-32 2008.
- ZARANKIN, Andrés; FUNARI, Pedro Paulo. Brilho eterno de uma mente sem lembranças: arqueologia e construção da memória da repressão militar na América do Sul (1960-1980). *In*: CARVALHO, Aline Vieira; SOARES, Ines; FUNARI, Pedro; SILVA, Sergio Monteiro da (org.). *Arqueologia, direito e democracia*. Erechim: Habilis, 2009. p. 31-50.